



**ENTREVISTA DO PROF. DR. RAFAEL SANZIO DOS ANJOS –
CIGA-UNB / PROJETO GEOAFRO À REVISTA NOVA ESCOLA
EM 03\02\2014. www.portalprojetoafro.com/**

TEMA: CRIANÇAS FORA DA ESCOLA QUILOMBOLA

**REPÓRTER: ANNA RACHEL FERREIRA
BRASÍLIA, 03 DE FEVEREIRO DE 2014**

Anna Rachel Ferreira - Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), de 1996, não há menção aos quilombolas. Sabemos que em alguns aspectos, os problemas em relação ao acesso às escolas se assemelham aos das comunidades ribeirinhas, da zona rural e em outros aos indígenas, por exemplo. Ambos especificados na Lei. Qual seria a orientação a ser seguida quando se trata dos quilombos?

Prof. Rafael Sanzio - É importante não perder de vista que existe no espaço e na população brasileira um grande território e povo que não faz parte do "Brasil Oficial". Neste contexto, estão as comunidades quilombolas, excluídas secularmente do país e das ações prioritárias do setor decisório. O preconceito e a exclusão marcam a história das matrizes oriundas da África no Brasil e os quilombos, considerados "passado do Brasil Colonial" somente recentemente passaram a ter atenção do Estado e uma delas está nos Dispositivos Transitórios da Constituição Federal de 1988. Mesmo com esta prerrogativa constitucional verifica-se uma série de impedimentos institucionais e políticos que fragmentam as políticas públicas e inviabilizam a regularização dos territórios ancestrais. O modelo de gestão do estado para as questões quilombolas é marcado pela pulverização das atribuições institucionais, fato que enfraquece e atrasa as articulações necessárias. Neste sentido, a LDB é mais uma das evidências da "invisibilidade" e da "negação" dessas comunidades no setor decisório e esta constatação é muito triste para um país onde a maioria do seu povo tem ascendência africana.

ARF - Há crianças fora da escola em quilombos? Quais as razões mais frequentes para essa exclusão?

PRS - Um primeiro ponto é que o Brasil oficial não realizou ainda um grande cadastro nacional para responder a uma pergunta básica: quantos territórios existem com estas matrizes africanas, qual a sua população e os territórios ocupados com o conjunto amplo das suas referências identitárias. A inexistência destes dados básicos para qualquer ação de gestão mais eficaz, torna “cosmética” e parcial o alcance das políticas públicas e uma das mais relevantes e comprometidas é a educação para as crianças e adolescentes quilombolas. Sem o país (sociedade e estado) assumir claramente e entender como prioritárias as reparações necessárias com os quilombos e outros seguimentos historicamente segregados no Brasil, continuaremos a ver muitas crianças e adolescentes afrobrasileiros fora da escola.

ARF - Alguns problemas que detectamos para as comunidades mencionadas na primeira pergunta são: escolas distantes das moradias das crianças, falta de oferta de transporte, distância do que é ensinada e a realidade local, comunidades localizadas em fronteiras cuja responsabilidade não é assumida pelas prefeituras e uma alta taxa de distorção idade-série decorrida por repetência que gera evasão. Essas questões se aplicam a realidade dos quilombos? Em que medida?

PRS - O ideal numa escola em um território quilombola é ter na sua programação de ensino; na organização do seu espaço físico e na formação-capacitação dos seus professores e professoras, as referências básicas para a desmistificação de uma África associada ainda a escravidão e miséria e, com estratégias de valorização das referências culturais-identitárias da comunidade quilombola para o resgate necessário da autoestima do estudante. Toda esta premissa básica fica comprometida por todos estes aspectos institucionais, políticos e de infraestrutura elencados na pergunta e que não têm perspectiva concreta de solução, porque os quilombos contemporâneos não fazem parte das prioridades política, conforme referência anterior.

ARF - Existem problemas mais específicos das comunidades quilombolas que fazem com que as crianças não permaneçam na sala de aula?

PRS - Sim, primeiro as demandas por trabalho; por estudo (a comunidade não tem escola para a continuação do ensino fundamental e nem médio); as atratividades e seduções do sistema dominante (que chegam principalmente pelas antenas parabólicas...), dentre outros fatores. O resultado é uma migração sistemática do (a) jovem quilombola para a “cidade grande” e uma “quebra” dos elos familiares (pais e avós) e, principalmente a base da identidade ancestral que vai se descaracterizando com este processo. Neste sentido, a tradição oral, componente fundamental da transferência dos conhecimentos quilombolas está em risco. Em Brasília, por exemplo é crescente o número de um juventude oriunda do grande território Kalunga (abrange alguns municípios de Goiás e do Tocantins) que chega para estudar, trabalhar e se encontram nos fins de semana para se “fortalecerem nas suas referências” e manterem o vínculo identitário, diante das sistemáticas situações de vulnerabilidade na sociedade preconceituosa .

ARF - Segundo o MEC, 92% das escolas em comunidades quilombolas estão localizadas na zona rural. Nos quilombos urbanos, a realidade é muito diferente? Existe algum estudo que nos mostre se crianças de quilombos urbanos vão mais a escolas do que dos quilombos localizados em zona rural? Existe essa relação?

PRS - Estamos falando de um contexto complexo de exclusão social e territorial em um país continental, num horizonte de dados estimados em mais de 5.000 registros de sítios quilombolas, portanto difícil de ter uma situação padrão nesse tipo de escolarização. Existem unidades políticas mais articuladas e com maior organização dos agentes-atores envolvidos nas demandas dos quilombos e essas situações interferem diretamente no nível do alcance aos serviços escolares. Na Bahia, por exemplo no município de Nilo Peçanha, algumas comunidades mantêm os estudantes na escola da comunidade até a 1ª fase do ensino fundamental, depois os mesmos são indicados a ir para a cidade (sede municipal) todos os dias de ônibus para dar continuidade nos estudos. Os registros de preconceitos entre os estudantes da zona rural e urbana são frequentes neste processo e a cartografia da exclusão na sala de aula, já registrada por alguns pesquisadores, mostram que os estudantes oriundos das comunidades quilombolas se agrupam isoladamente para sobreviverem às pressões no ambiente escolar. Esta é uma evidência do tamanho do dano no sentido largo (social, corporal, psicológico, dentre outros), causado nesses estudantes.

ARF - Sabemos que a oferta de Ensino Médio é precária em muitas comunidades do campo. Essa é a realidade nos quilombos? Eles chegam a concluir o Ensino Fundamental? Até qual ano, os quilombolas costumam se manter nas escolas? Por qual razão?

PRS - Tratei deste ponto na questão anterior, mas dados como este somente poderão ser respondidos com propriedade a partir da inclusão oficializada do conjunto dos sítios quilombolas do Brasil no Censo realizado a cada 10 anos pelo Governo Federal. Os dados poderão permitir uma leitura mais precisa da situação real da escolaridade da juventude nos quilombos contemporâneos e os níveis de comprometimentos. É temerário tratar de temas como esses com dados inconsistentes.

ARF - Sabemos que em algumas comunidades da zona rural, o governos e os próprios moradores consideram a educação infantil como “um lugar onde a criança será cuidada na ausência do pai” e quando a criança em questão vive com pais, a oferta da escola é tida como desnecessária. Existe oferta e frequência na educação infantil nessas comunidades? Como os próprios quilombolas veem essa questão?

PRS - A ausência secular de escola para a população de matriz africana no Brasil criou mentalidades, medos, valores distintos e sobretudo receios e desconfianças. Muitos pais acham que a criança estar em casa é mais seguro do que ir a uma escola que o discrimina, portanto não lhe faz bem. Por isso a importância da criança ser valorizada na escola, uma vez que a mesma poderá ser um importante agente para alterar a mentalidade dos mais velhos da família que não tiveram oportunidade ou foram excluídos na escola que frequentaram. Voltamos, neste sentido, à importância da formação do (a) educador (a) nesse processo como um componente estrutural. Se o profissional da área de educação não estiver preparado para lidar com as questões da discriminação

étnica e da valorização das africanidades no país, sem dúvida, teremos a manutenção de um grande problema secular do Brasil, que no presente, como no futuro próximo pode gerar tensões na sociedade. Não podemos perder de vista que este é o milênio dos conflitos culturais, nos alertou pensadores e teóricos no final do século passado e o Brasil está neste bojo.

ARF - A nucleação e as salas multisseria das têm sido alternativas bastante adotadas na zona rural para suprir a falta de infraestrutura e de professores. Como tem sido feito nas comunidades quilombolas? Eles conseguem uma escola nucleada para vários quilombos ou acabam precisando ir para a zona urbana? No caso de ir para uma escola fora do quilombo, quais as consequências para esse aluno?

PRS - Toda solução emergencial é pertinente por um período determinado. Mas quando a mesma perde esta referência e se torna permanente, temos aí um grande problema, um desvio justificado da gestão. Acho que deveria ser proibido este tipo de solução institucional! A educação é um dos pilares da cidadania, se a mesma é frequentemente improvisada, o ser humano está sendo comprometido na sua existência.

ARF - Hoje, as escolas costumam ensinar sobre comunidades quilombolas como se elas não existissem mais. O que contraria estimativas do governo federal que dizem haver cerca de 3 mil quilombos em território nacional. Você acredita que esse é um fator que trava o desenvolvimento das escolas nessas comunidades e da visão que se tem delas?

PRS - A historiografia brasileira oficial tem pendente ainda uma reconstrução da “invisibilidade” e na “interpretação” de alguns seguimentos fundamentais da formação do seu território e da sua população. As matrizes indígenas e africanas são as que mais se acometem deste “buraco”, sobretudo no processo educacional. O pensamento social dominante no Brasil tem dificuldades reais para entender que quilombo é presente e, quando “enxerga” que os quilombos estão no Brasil contemporâneo ocorre geralmente uma perplexidade quanto os números de comunidades tradicionais de matriz africana sobreviventes (mesmo com os dados imprecisos). A questão de fundo é que a “visibilidade” dos quilombos contemporâneos incomoda porque traz à tona as demandas pendentes do Brasil Colonial preconceituoso. Nas estruturas conservadoras a questão dos territórios quilombolas traz à tona um ponto estrutural que é a “terra”, que tem ainda o significado de “poder” e, descendentes de africanos escravizados ter “terra” no Brasil nunca fez parte das estratégias coloniais e nem neste momento histórico. A definição dessa fronteira do conflito secular é o fio condutor do conjunto de dificuldades (institucionais e políticas) nas resoluções desses territórios étnicos afrobrasileiros e a escola, que é o principal agente de transformação da exclusão traumática com a inclusão possível, é um dos segmentos mais comprometidos com essa negligência secular.

